

MODERNIZAÇÃO SEM DESENVOLVIMENTO NA PARAÍBA: 1890-1930

Diana Soares de Galliza
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Este trabalho trata de vários aspectos da modernização da economia paraibana durante a Primeira República. O modelo de modernização que melhor se aplica a Paraíba neste período é a “modernização fragmentária” de Jan Hinderink.

Palavras Chaves: Economia, modernização, desenvolvimento

MODERNIZATION WITHOUT DEVELOPMENT IN PARAÍBA, 1890-1930.

ABSTRACT

This study deals with various aspects of modernization in Paraíba during the Old Republic. It contends that the model of modernization that best applies to Paraíba during this period is that of “fragmentary modernization” developed by Jan Hinderink.

Key Words: economy, modernization, development.

Modernização é um tema deveras polêmico. Quando a estudamos, deparamo-nos com teorias variadas que tentam analisar o processo, bem como com conceitos diversos ao defini-la.

Alguns estudiosos consideram o componente econômico o elemento propulsor e determinante da modernização; já outros defendem a idéia de um processo linear de modernização apoiada em indicadores convencionais de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Eisenstadt, por exemplo, chama de modernização “o processo de mudança para os diversos sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa Ocidental e na América do Norte, entre os séculos XVIII e XIX, espalhando-se, então, por outros países e, nos séculos XIX e XX, pelos continentes sul-americano, asiático e africano.”⁽¹⁾ Para ele, a modernização apresenta características muito distintas. No domínio da produção manifesta-se pelo aumento de produtividade, pela utilização eficiente de recursos disponíveis, pelo nível de tecnologia no emprego de novas formas de energia, de equipamentos modernos e de conhecimentos científicos.

No campo político, ela é acompanhada pelo fortalecimento do poder dos órgãos centrais, legais, administrativos e políticos da sociedade, pela maior possibilidade de exercer o poder oferecido a grupos mais amplos, pela adoção de um regime democrático ou, pelo menos, populista. Na esfera sócio-econômico, a modernização se identifica com uma especificação crescente das atividades e das estruturas institucionais, decorrente, em grande parte, da educação escolar e da formação profissional. No domínio cultural, ela oferece a todos maiores chances para desenvolver suas capacidades individuais.⁽²⁾

Todavia, Eisenstadt apresentou características diferentes das sociedades, no segundo estágio de modernização, no qual se incluem países latino-americanos.⁽³⁾ Nessas sociedades o processo de modernização se desenvolveu sob o impacto de forças externas - e somente em pequeno grau - devido à iniciativa interna e à transformação de seus grupos e camadas mais amplas. ⁽⁴⁾ Economicamente, tais sociedade tinham vínculos assimétricos com a Europa e, posteriormente, com os Estados Unidos, fornecendo matérias primas para os mercados internacionais e consumindo os bens manufaturados dos centros metropolitanos.⁽⁵⁾

Em fins do século XIX e no século XX, alguns problemas peculiares ao segundo estágio começaram a consolidar-se em diversos países latino-americanos, tornando-se mais acentuados a partir da década de 1930. Talvez a mais relevante dessas características tenham sido a coexistência, sob condições de mudança social, de diferentes setores sociais, um, especificamente, desordenado e tradicional e outro, relativamente, moderno, mas desequilibrado e não integrado. Essa dualidade estrutural foi fortalecida com o desenvolvimento de uma colonização interna, na qual o centro manteve a periferia em situação de dependência contínua, tanto econômica como polí-

tica.⁽⁶⁾ A problemática do dualismo estrutural ganhou mais vigor com os intérpretes dualistas da CEPAL.

Teóricos da modernização, tanto sociólogos como economistas de orientação classicamente denominada de funcionalista, tiveram como pressupostos metodológicos a dicotomia sociedade tradicional versus sociedade moderna.⁽⁷⁾ O traço característico comum à sociedade tradicional é a estabilidade ao longo do tempo e a pequena variabilidade de situações diferentes entre os agentes sociais. Nela a mobilidade social é pequena, a estrutura social e os costumes são repetitivos. Já as evidências comuns da sociedade moderna são a mudança contínua e a diversidade de situações entre os agentes sociais que realizam atividades econômicas de alta produtividade e exercem funções diferenciadas, numa complexa divisão de trabalho.⁽⁸⁾

Para os teóricos funcionalistas, o subdesenvolvimento é identificado com as sociedades de tipo tradicionalista e sua superação se efetuará na medida em que suas características forem substituídas por aquelas que tipificam os países desenvolvidos ou sociedades modernas. A relevância que eles atribuem ao elemento tecnológico leva a aceitar que a implantação da moderna tecnologia, de forma gradativa e adequada, permite romper os quadros limitados das economias de tipo tradicionalista. O setor industrial constituiria, portanto, o principal agente de transformação e as sociedades desenvolvidas ou modernas se identificariam com as indústrias.

Essa concepção de modernização como processo de mudança social, no qual o desenvolvimento é o componente econômico, foi contestada por estudos de geógrafos sobre o desenvolvimento, que enfocam, também, a modernização. Eles a veem como um processo social no qual o crescimento econômico constitui, apenas, uma parte.⁽⁹⁾ Por outro lado, pesquisas, como a de N. Jacob, rejeita a equação modernização = desenvolvimento.⁽¹⁰⁾ Modernização com desenvolvimento seria característica das sociedades modernas, conforme o modelo ocidental, nas quais, além de se ter registrado aumento da produção e da produtividade, ocorreram mudanças nas relações sociais de produção e nos domínios político e cultural.

Incluimos entre aqueles que não aceitam modernização como sinônimo de desenvolvimento o professor da Universidade de Utrecht, Jan Hinderink. Ele recusou, também, a idéia de um processo unilinear de modernização apoiada em dimensões e indicadores convencionais de mudança social, política e econômica.⁽¹¹⁾ Opos-se, ainda, às teses que consideram o componente econômico o elemento motor e determinante principal da modernização, por considerar tal análise muito limitada e achar que a modernização pode ser estudada como um processo multidimensional e sob outros ângulos.⁽¹²⁾ Abordou, então, a modernização sob um outro prisma - o do

subdesenvolvimento e voltou-se, neste tipo de análise, para uma modernização diferente - a fragmentária, que é mais um processo dinâmico do subdesenvolvimento.⁽¹³⁾

Nesse tipo de modernização, tomam-se evidentes as desigualdades sócio-econômicas, os desníveis de renda, o desemprego e a pobreza, o baixo nível de educação e a frágil mobilidade social:

"Le processus dynamique d'une modernization fragmentaire entraine un déséquilibre permanent entre l'economie, une expansion de l'inégalité des chances qu'ont les individus d'améliorer leur position sociale, de grandes différences dans leur revenus, de bas niveaux de vie, et l'insecurité sociale et materielle de la majorité de la population."⁽¹⁴⁾

A modernização fragmentária é limitada por obstáculos institucionais externos e internos. Os primeiros decorrem da situação de subordinação política e econômica dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento aos países industrializados. Os obstáculos internos são manifestados por grupos que tentam assegurar sua posição de estabilidade no poder.⁽¹⁵⁾ Em outras palavras: os obstáculos institucionais são configurados pelas estruturas de poder associadas à subordinação aos países industriais ou aos polos hegemônicos do sistema capitalista. No entanto, esses obstáculos não impedem, totalmente, a modernização; dificultam-na. Eles bloqueiam, principalmente, a elevação do nível de vida da massa da população.

Esse modelo apresenta características várias. No domínio da produção, o setor primário constitui a mais importante fonte de renda e de emprego, na maioria dos países em via de desenvolvimento. Constata-se um certo grau de modernização no âmbito da tecnologia e da organização do referido setor, na parte voltada para a exportação.

O setor secundário oferece um restrito mercado de trabalho e permanece muito artesanal. A produção industrial moderna se encontra na fase inicial ou terminal do processo de produção. Conseqüentemente, não existe uma estrutura de produção industrial integrada. Também, os interesses estrangeiros e o controle externo se fazem sentir. No terciário a modernização atinge, sobretudo, o comércio de exportação-importação e os serviços conexos.⁽¹⁶⁾

As possibilidades restritas de mobilidade social, a debilidade do tra-

balho organizado, bem como o reduzido número de pessoas de renda média perpetuam uma estratificação social na qual o poder é, por vezes, açambarcado por uma elite.⁽¹⁷⁾

Dentre as teorias da modernização, encontra-se uma espécie de sucedâneo, representada pela interpretação estrutural dualista, defendida pelo francês Jacques Lambert, que teve grande influência sobre os sociólogos latino-americanos. Segundo ele, haveria a formação de dois setores estanques: um se modernizaria e o outro permaneceria arcaico.⁽¹⁸⁾ Afirmou existir esse dualismo infra-societário no Brasil. Todavia, a economia dualista e a estrutura social brasileira que o acompanharam não são fenômenos novos nem tipicamente brasileiros. Eles existem em todos os países desigualmente desenvolvidos.

Celso Furtado admitiu, como marco teórico, que a economia dualista compõe o fenômeno de subdesenvolvimento contemporâneo. O impacto da expansão capitalista sobre estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e de sua intensidade. O resultado, contudo, foi sempre o surgimento de estruturas híbridas, uma parte delas tentando comportar-se como sistema capitalista e outra, mantendo-se dentro da estrutura pré-existente.⁽¹⁹⁾

As teorias dualistas são contestadas por estudiosos não marxistas e marxistas. Aqueles refutam-na, porque consideram que, quando os setores modernos e tradicional de uma sociedade são descritos como dois mundos separados, os efeitos observados são considerados estáticos. Com relação à sociedade na América Latina, consideram-na mais pluralista que dualista.

Críticos marxistas insistem na estreita interdependência que existe entre os setores arcaico e moderno da sociedade latino-americana, na subordinação do primeiro ao segundo e na necessidade da existência do setor arcaico para o desenvolvimento do moderno. Para eles não existe dualismo, mas compenetração. Entre estes se inclui Francisco de Oliveira, cujo enfoque, que se segue, sintetiza seu pensamento:

“No plano teórico o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórica econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor àtrasado e um setor ‘moderno’ não se sustenta com singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia.”⁽²⁰⁾

Gunder Frank, para explicar as disparidades regionais brasileiras, apoiou-se na análise desenvolvida por Celso Furtado e, por meio dela, procurou mostrar que o subdesenvolvimento e a miséria devem ser entendidos como resultantes de processos de exploração, pelos quais a metrópole paulista se apropria dos recursos de seus satélites:

“O subdesenvolvimento no Brasil é tanto produto da estrutura e do funcionamento do sistema capitalista quanto o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do Nordeste é determinado pelo capitalismo tanto quanto o desenvolvimento de São Paulo.”⁽²¹⁾

Acrescentou ainda:

“Há paulistas que dizem que São Paulo é a locomotiva que puxa 21 carros (os vinte e um Estados); mas eles não dizem que esses Estados é que formam o combustível.”⁽²²⁾

MODERNIZAÇÃO SEM DESENVOLVIMENTO: 1890-1930 (O CASO DA PARAÍBA)

O modelo de modernização que melhor se aplica à Paraíba, no período por nós estudado - 1890-1930 - é a fragmentária, típica dos países em via de desenvolvimento. Conforme já destacamos, anteriormente, é uma modernização parcial, acompanhada de obstáculos institucionais, que são, em parte, externos, mas também internos. No domínio da produção, como característica marcante dessa modernização, o setor primário permaneceu o mais importante em termos de fonte de renda e sua dependência aos países e regiões industrializados se acentuou. No entanto, ele sofreu os efeitos das flutuações de preços dos mercados internos, o que impediu uma maior expansão desse setor tradicional e reduziu, por vezes, as possibilidades dos agricultores se modernizarem.

O setor secundário esteve ligado, intimamente, ao primário e sua modernização se processou, visando o aproveitamento da matéria prima local e o comércio de exportação. Dentro dessas finalidades, foram implantadas algumas usinas de açúcar na zona litorânea ou da Mata, no Brejo e no Agreste, instaladas várias usinas e prensas de algodão com fábricas de óleo conexas e duas fábricas de tecidos grosseiros, mas que tiveram importante desempenho econômico no âmbito local e/ou regional. O setor secundário foi pouco significativo quanto ao número de estabelecimento e de trabalhadores empregados.

Embora o “status” das oligarquias agrárias prevalecesse, uma vez que a agricultura não perdeu a prioridade sobre a indústria, houve um deslocamento do poder oligárquico da zona da Mata para o Sertão, isto é, da área canavieira para a algodoeira-pecuária. Esse fato ocorreu, a partir de quando a produção algodoeira superou a açucareira, a fim de atender a demanda dos mercados externo e interno e o algodão se tornou a principal fonte de renda da Paraíba.

Ainda que a Paraíba houvesse apresentado características da modernização fragmentária, torna-se imprescindível inserir este processo no contexto das dependências inter e intra-regional e destacar as peculiaridades da modernização neste Estado. Por exemplo, mudanças que a Paraíba pressionou a nível nacional, através de sua participação na chamada Revolução de Outubro de 1930.

O processo histórico da expansão do capitalismo, que gerou disparidades, não só a nível de nações, como ainda desigualdades internas no país, foi abordado por vários estudiosos, incluindo entre estes, Eisensdadt, Jacques Lambert, Celso Furtado, Francisco de Oliveira e Gunder Frank. No

Brasil o impacto da expansão capitalista ocasionou o aparecimento de áreas metropolitanas no Sudeste e de áreas periféricas, como as do Nordeste.

Essas desigualdades regionais se definiram no momento em que o Nordeste perdeu sua significação, face ao fechamento do ciclo de acumulação primitiva da Europa. Paralelamente, teve início, no Brasil, um ciclo de acumulação prévia em torno da expansão cafeeira, que seria responsável, em parte, pelo início da industrialização. O rápido crescimento dos negócios de exportação do café foi acompanhado, ainda, de um grande afluxo do capital estrangeiro, que passou a controlar a exportação do produto, os serviços de utilidade pública e a possuir parte da rede ferroviária, dos estabelecimentos bancários e de seguros. O capital estrangeiro convergiu, pois, para a região cafeeira, onde havia melhores condições de aplicação e de rentabilidade.

O Sudeste, transformado em polo dinâmico do país, tornou-se o centro de primazia das decisões políticas e de poder. Foi, também, beneficiado pela ação do Estado e por suas políticas, destacando-se entre estas, as tarifárias, as monetárias, as de câmbio e as dirigidas especificamente, quais sejam: as de defesa e valorização do café. Suas indústrias estavam protegidas por altas tarifas de importação.

O Nordeste, com sua economia de produtos primários estada no açúcar e no algodão, enveredou rumo a um crescimento retardado, uma vez que a queda dos preços de seus produtos básicos e a perda dos mercados externos limitaram a rentabilidade. Contudo o Nordeste continuou como exportador de matérias-primas para o mercado nacional.⁽²³⁾ Por outro lado, sua transição para o regime de trabalho assalariado foi débil, não possibilitando a esta região um desenvolvimento capitalista mais evoluído. Em outras palavras: a frágil acumulação de capital e a pequena expansão de seu mercado interno impediram-no de promover uma implantação industrial mais dinâmica.

Durante a Primeira República, o Sudeste já exercia, obviamente, mais influência sobre o Estado do que o Nordeste e, portanto, aquele defendia, especialmente, os interesses do Sudeste. Destarte, o Sudeste não apenas influenciando, mas também controlando, em parte, o Estado, começaram a consolidar-se características do colonialismo interno, expressas através da dependência do Nordeste para com o Sudeste e de uma distribuição desigual de recursos.

A Paraíba, afora a dependência para com o Sudeste, a hegemonia de Pernambuco bloqueava a expansão de suas relações mercantis. A tal hegemonia fazia-se sentir sobre o seu bloco de Estados satélites, no qual estava incluído a Paraíba. A subordinação desta última se evidenciava, pela

influência do porto da capital pernambucana, através do qual se fazia o escoamento de sua produção e por outros recursos nela centralizados. À medida que o porto do Recife era aparelhado, o sistema viário se expandia e se aproxima da fronteira da Paraíba, acentuava-se o desvio dos produtos e do comércio paraibanos para Pernambuco, acarretando um grande deficit em termos de arrecadação, e reduzia seu movimento portuário tanto de exportação como de importação.

O incremento das relações da praça de Campina Grande com o Recife dificultou, ainda mais, a captação da produção interiorana para a Capital, enquanto se aprofundava a divergência entre os interesses dos grupos agro-mercantis do interior paraibanos vinculados à praça do Recife e os dos comerciantes da Capital paraibana. Continuou, portanto, a subordinação econômica da Paraíba a Pernambuco, com a intermediação do porto do Recife para escoamento de seus produtos.

Apesar das dependências externa, inter-regional e intra-regional, a economia paraibana não permaneceu estagnada, nem a sociedade estática. Os obstáculos a nível externo, nacional e regional não bloquearam, completamente sua modernização, nem a impediram de passar por mudanças na Primeira República. A Paraíba registrou mudanças mais de caráter quantitativo do que qualitativo; ocorreram mudanças não estruturais, embora as estruturas fossem abaladas. Conheceu algum progresso técnico no setor produtivo, principalmente, na parte deste, orientada para a exportação - o açúcar e o algodão -, melhorou e expandiu seu sistema viário e empreendeu melhoramentos urbanos. Registrou um crescimento econômico, que se fez sentir na produção e na exportação do algodão, e, em menor escala, na esfera manufatureira.

A Paraíba conheceu uma modernização sem desenvolvimento, uma vez que não foram assinaladas mudanças significativas nas relações sociais de produção. Persistiu uma desigualdade sócio-econômica, patenteada pela má distribuição de rendas, pobreza e desemprego. Nas áreas em que se operou a modernização do processo produtivo, ela beneficiou os segmentos mais elevados da população e ofereceu algumas oportunidades aos médios. Em alguns setores, como na indústria açucareira, gerou impactos, pois fortaleceu a tendência à concentração da terra e da renda, bem como à monocultura. Mas, a renovação do processo produtivo, a instalação de indústrias e as obras de infra-estrutura, ligadas ao plano de combate às secas, difundiram o trabalho assalariado, proporcionando emprego a uma parcela da população, que vivia à margem dele, mesmo sem remuneração condigna.

Na Paraíba, os protagonistas reais do sistema político eram os grupos oligárquicos, cujo domínio repousava no poder econômico, social e polí-

tico dos proprietários de terra - os coronéis. O poder destes, numa economia, predominantemente, agrária, derivaria da alta concentração da propriedade da terra. Esses grupos tentaram assegurar sua posição de estabilidade no poder. Os latifundiários, sentindo as possibilidades lucrativas que o algodão proporcionava, transferiram capitais da fazenda para os empreendimentos comerciais e industriais. As firmas exportadoras da Capital e de Campina Grande proliferaram e os melhoramentos urbanos se intensificaram. O crescente mercado algodoeiro exigiu empresas industriais, uma vez que o algodão precisava ser beneficiado para ser comercializado. Também, na esteira do surto de exportação do algodão, foi criada a indústria de fiação e tecelagem, uma das mais importantes empresas de transformação agrícola.

No momento em que se processavam essas mudanças, os grupos urbano-mercantis se fortaleciam e desenvolvia-se na Cidade da Paraíba, liderado pela Associação Comercial da Capital, um movimento em favor da libertação econômica deste Estado do de Pernambuco. A ação estatal, à nível federal e local, tornou possível a concretização de propostas apresentadas por aquele órgão, particularmente, no tocante à expansão de transportes, ao estabelecimento de instituições de créditos e à adoção de medidas tarifárias, em prol do comércio da Cidade da Paraíba.

A identificação de João Pessoa com os interesses urbano-mercantis da Capital, seu propósito de emancipar economicamente a Paraíba de Pernambuco e de centralizar, na Capital, todo o comércio de exportação e importação do Estado, levaram-no a implantar uma política tributária. Esta, se recebeu aplausos dos comerciantes da Cidade da Paraíba, causou descontentamentos nas esferas estadual e interestadual. No interior, famílias dominantes, que já se ressentiam do sistema tributário posto em prática pelo Presidente, sentiram-se, ainda, prejudicados pelas mudanças de cunho político, por ele realizadas, como: substituição de prefeitos, remoção de delegados e chefes de mesas de renda, exoneração de promotores e supressão de comarcas.

As lideranças do interior, sentindo-se desprestigiadas e percebendo que seu mandonismo estava sendo minado com as metas da administração de João Pessoa, reagiram com o movimento armado de Princesa.⁽²⁴⁾ Essa revolta teve vinculações com a crise final da Primeira República e, indiretamente, suas ligações com a Revolução de 1930, que mudou os rumos políticos do Brasil. A Paraíba, tendo um papel de destaque nesta Revolução, pressionou mudanças à nível nacional.

Mesmo sem importar na alteração das relações de produção e na substituição imediata de uma classe ou fração de classe⁽²⁵⁾, a Revolução de

1930 acarretou reformulações políticas, institucionais e econômicas. Abriu caminho para um Estado, politicamente, autoritário e oficializou a predominância dele sobre a sociedade.⁽²⁶⁾ As oligarquias, que se mantinham no poder, ficaram enfraquecidas. Ampliou-se, consideravelmente, a intervenção do Estado na vida econômica e surgiu um complexo aparelho administrativo para o controle das atividades industriais. A Revolução de 1930 marcou o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o término da hegemonia agrário-exportadora e o começo da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Em síntese, podemos dizer que, durante a Primeira República, a Paraíba conheceu uma modernização sem desenvolvimento. Não foram registradas mudanças substanciais nas relações sociais de produção, nem os segmentos mais pobres da sociedade foram beneficiados. Embora não ocorressem mudanças estruturais, as estruturas foram abaladas. A modernização fragmentária, isto é, uma modernização parcial, é o modelo que mais se identifica com a Paraíba, apesar deste Estado ter apresentado especificidades no seu processo modernizador.

NOTAS

1. S. J. Eisensdadt. **Modernização: Protesto e Mudança. Modernização das Sociedades Tradicionais.** Tradução de José Gurjão Neto. Rio, Zahar, 1969, p. 11.
2. *Ibid.*, p. 12-16.
3. *Ibid.*, p. 121-156.
4. *Ibid.*, p. 123-124
5. *Ibid.*, p. 124.
6. *Ibid.*, p. 127-130.
7. Entre esses podemos citar B. Koselitz, **Aspectos Sociológicos do Crescimento Econômico.** Rio, Fundo de Cultura.
8. Leia a respeito da dicotomia sociedade tradicional e sociedade moderna Lia Pinheiro Machado "Alcances e Limites das Teorias da Modernização", José Carlos Garcia Durand e Lia Pinheiro Machado, **Sociologia do Desenvolvimento II.** Textos Básicos de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 185-205 e Caio Toledo Navarro, "Uma introdução ao debate: relações entre desenvolvimento econômico e tecnologia", **Anais de História**, Assis, 1971, p. 64-81.
9. Apud Jan Hinderink; "La Géographie le sous-développement et la modernization", **Revue Tiers Monde.** Paris, Tome XV, nº 62, Avril-Juin, 1957, p. 168-169.

10. N. Jacob, **Modernization Without Development: Thailand as an Asian Case Study**. New York, 1971.
11. Jan Hinderink, p. 272-279.
12. Ibid., p. 278.
13. Jan Hinderink esclareceu a qualificação de dinâmica, mostrando que o subdesenvolvimento, como um fenômeno dependente, é um processo determinado pelos obstáculos institucionais existentes: dependência cada vez mais acentuada aos países industrializados e os obstáculos institucionais internos que constituem importante fator na dinâmica da modernização fragmentária. Ibid., p. 272-279.
14. Ibid., p. 274. "O processo dinâmico de uma modernização fragmentária conduz a um desequilíbrio permanente entre o crescimento da população e o crescimento da economia, uma expansão da desigualdade de oportunidade que os indivíduos tem de ascender na sociedade, grandes diferenças nas suas rendas, baixo nível de vida e a insegurança social e material da maioria da população."
15. Ibid., p. 274-276.
16. Ibid., p. 279-281.
17. Ibid., p. 281-282.
18. Jacques Lambert, **Os Dois Brasis**, MEC, 1959.
19. Celso Furtado, **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio, Fundo de Cultura, 1961.
20. Francisco de Oliveira. **A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista**. 4a. ed., Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1981. p. 12.
21. André Gunder Frank, "A Agricultura Brasileira: Capitalismo e o Mito do Feudalismo", **Revista Brasiliense**, p. 65, apud Antônio Barros de Castro, **7 ensaios sobre a economia brasileira**, Vol. 1, 3a. ed., Rio, Forense Universitária, 1977, p. 90.
22. Ibid.
23. Com referência à dependência econômica do Nordeste com o Sudeste consulte, também, Yves Chalut, **Estado, Acumulação e Colonialismo Interno. Contradições Nordeste/Sudeste, 1960-1977**. Petrópolis, Vozes, 1978 e Wilson Cano, **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970**. São Paulo, Global, Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1985.
24. Sobre a Revolta de Princesa, leia Inês Caminha Lopes Rodrigues, **A Revolta de Princesa. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba, 1930)**. João Pessoa, A União, 1978.
25. Boris Faustó, **A Revolução de 1930. História e Historiografia**. 5ª. ed., São Paulo, Brasiliense, 1978, p. 86.

26. Sobre o intervencionismo estatal advindo da Revolução de 1930, leia José Octávio de Arruda Mello, **A Revolução Estatizada. Um estudo sobre a formação do centralismo em 30**. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1984.

Endereço para Correspondência:
Diana Soares de Galliza
Av. Almirante Tamandaré 380, Aptº 801
Tambaú João Pessoa - PB.
Telefone: 083 - 226-1584